

RECURSO ESPECIAL Nº 1.651.184 - PE (2017/0020341-3)

RELATOR : **MINISTRO SÉRGIO KUKINA**
RECORRENTE : **FTL - FERROVIA TRANSNORDESTINA LOGISTICA S.A**
ADVOGADOS : **JULIANA DE ABREU TEIXEIRA - CE013463**
 GILMARA MARIA DE OLIVEIRA BARBOSA - CE013461
 PRISCILA FROTA CARNEIRO DA CUNHA - CE022907
RECORRENTE : **NOVO RECIFE EMPREENDIMENTOS LTDA**
ADVOGADOS : **THIAGO BARBOSA VASCONCELOS DE ALENCAR E**
 OUTRO(S) - PE029645
 JOÃO RAPHAEL CORREIA BARBOSA DE SÁ - PE028311
RECORRIDO : **OS MESMOS**
INTERES. : **DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE**
 TRANSPORTES - DNIT - ASSISTENTE
INTERES. : **GL EMPREENDIMENTOS LTDA - ME**
INTERES. : **ARA EMPREENDIMENTOS LTDA**
INTERES. : **CONSTRUTORA QUEIROZ GALVÃO S/A**
INTERES. : **MOURA DUBEUX ENGENHARIA S/A**
INTERES. : **CONSÓRCIO NOVO RECIFE**
INTERES. : **UNIÃO**

DECISÃO

Trata-se de recurso especial manejado por **FTL - Ferrovia Transnordestina Logística S.A.** com fundamento no art. 105, III, *a*, da CF, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região, assim ementado (fl. 884):

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. REINTEGRAÇÃO DE POSSE. FAIXAS DE DOMÍNIO FERROVIÁRIO E NON AEDIFICANDI. PARCIAL PROVIMENTO DO AGRAVO.

1. A análise das pretensões deduzidas na fase cognitiva - especialmente a reintegração na posse das áreas correspondentes às faixas de domínio ferroviário e non aedificandi - em conjunto com o dispositivo da sentença - que determinou a retirada dos objetos que ensejaram a propositura da ação - evidencia que se assegurou à ferroviária a reintegração na posse apenas na faixa de domínio e na área non aedificandi adjacente.

2. Independentemente de quem seja o proprietário da área, já que o título não foi constituído em ação reivindicatória, mas em ação possessória, ou de sua natureza jurídica (operacional ou não operacional), a sentença de reintegração de posse há de ser

cumprida considerando-se como parâmetro o direito da ferrovia ser reintegrada na posse apenas das áreas correspondentes às faixas de domínio e non aedificandi adjacentes, independentemente de estarem ou não escriturados em favor da NOVO RECIFE, bem como Limites de Áreas no Terreno da RFFSA - Cais José de serem qualificadas como operacionais ou não operacionais na Proposta de Estelita.

3. Agravo parcialmente provido para determinar que a empresa ferroviária seja reintegrada nas áreas correspondentes às faixas de domínio e non aedificandi adjacentes, independentemente dos limites constantes no registro cartorário (1º Registro de Imóveis de Recife/PE, matrícula nº 97.426) e na Proposta de Limites de Áreas no Terreno da RFFSA - Cais José Estelita.

A parte recorrente aponta violação aos arts. 373, I e II, do CPC/2015; 99, 100 e 102 do CC/2002. Sustenta que: **(I)** o acórdão recorrido não considerou a prova dos autos, a qual demonstrava que o objeto da demanda é a invasão a bem operacional e não exclusivamente à faixa de domínio, havendo concordância da ora recorrida com o pedido de reintegração de posse para retirada da cerca; **(II)** "*a discussão trazida novamente aos autos pelo Recorrido não merece prosperar, pois já decidida em 1ª Instância (com trânsito em julgado)*"; e **(III)** "*o bem operacional sob responsabilidade da Recorrente é bem público, objeto também da Ação de Reintegração de Posse (assim como a faixa de domínio e área não edificável)*", não estando, por isso, sujeito a usucapião, devendo ser reintegrado.

Contrarrazões às fls. 994/998 e 1.077/1.092.

Parecer do Ministério Público Federal às fls. 1.109/1.113.

É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.

Com relação ao argumento de que a prova dos autos demonstraria a existência de concordância da recorrida com o pedido de reintegração de posse e de que o objeto da demanda principal se refere, também, à invasão da área operacional, cabe citar os seguintes trechos do acórdão recorrido (fl. 883):

A análise das pretensões deduzidas na fase cognitiva -

especialmente a reintegração na posse das áreas correspondentes às faixas de domínio ferroviário e non - em conjunto com o dispositivo da sentença - que determinou a retirada dos objetos aedificandi que ensejaram a propositura da ação - evidencia que se assegurou à ferroviária a reintegração na posse apenas na faixa de domínio e na área non aedificandi adjacente, nada mais que isso.

Independentemente de quem seja o proprietário da área, já que o título não foi constituído em ação reivindicatória, mas em ação possessória, ou de sua natureza jurídica (operacional ou não-operacional), a sentença de reintegração de posse há de ser cumprida considerando-se como parâmetro o direito da ferrovia ser reintegrada na posse apenas na faixa de domínio e na área non aedificandi adjacente, nada mais que isso.

Independentemente de quem seja o proprietário da área, já que o título não foi constituído em ação reivindicatória, mas em ação possessória, ou de sua natureza jurídica (operacional ou não-operacional), a sentença de reintegração de posse há de ser cumprida considerando-se como parâmetro o direito da ferrovia ser reintegrada na posse apenas das áreas correspondentes às faixas de domínio e non aedificandi adjacentes, independentemente de estarem ou não escriturados em favor da NOVO RECIFE, bem como de serem qualificadas como operacionais ou não-operacionais na Proposta de Limites de Áreas no Terreno da RFFSA - Cais José Estelita.

Isso não significa que não possa haver discussão sobre a propriedade e a natureza jurídica das áreas do Cais José Estelita, mas, apenas, que isso não pode ocorrer nesta fase procedimental, destinada exclusivamente à efetivação da sentença proferida na ação de reintegração de posse.

Nesse contexto, a alteração das conclusões adotadas pela Corte de origem acerca de quais são os limites e os termos do título judicial executado, tal como colocada a questão nas razões recursais, demandaria, necessariamente, novo exame do acervo fático-probatório constante dos autos, providência vedada em recurso especial, conforme o óbice previsto na Súmula 7/STJ. A propósito:

PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXECUTIVO. ACÓRDÃO CONSIGNANDO CONSONÂNCIA ENTRE OS VALORES EXECUTADOS E O COMANDO

SENTENCIAL TRANSITADO EM JULGADO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. AGRAVO INTERNO DOS PARTICULARES A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. O acórdão proferido pela Corte de origem é categórico ao consignar que a execução está em pleno acordo com os limites fixados no título executivo, asseverando que não subsiste qualquer violação à coisa julgada, consignando que a revisão do benefício foi deferida nos termos da Súmula 260/TRF, não havendo qualquer previsão de direito à equivalência salarial, nos termos do art. 58 do ADCT. 2.

Assim, não se revela possível, em sede de Recurso Especial, rever as premissas adotadas pelo Tribunal de origem relativamente aos limites fixados na coisa julgada, ante o óbice contido nos termos da Súmula 7/STJ.

3. A jurisprudência do STJ tem reiteradamente advertido que a aplicação da Súmula 260/TRF não implica em reconhecimento de direito à equivalência salarial, que somente ocorreu no período determinado no artigo 58 do ADCT, isto é, entre abril de 1989 e dezembro de 1991.

4. Agravo Interno dos Particulares a que se nega provimento.
(AgInt no AREsp 711.991/SP, Rel. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, julgado em 24/6/2019, DJe 27/6/2019)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO (ART. 1042 DO NCPC) - AUTOS DE AGRAVO DE INSTRUMENTO NA ORIGEM - PREVIDÊNCIA PRIVADA - CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - IMPUGNAÇÃO - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA DA AGRAVANTE.

1. Os embargos de declaração somente são cabíveis quando houver, na sentença ou no acórdão, obscuridade, contradição, omissão ou erro material, consoante dispõe o artigo 1.022 e incisos, do Código de Processo Civil de 2015, o que não se verifica na hipótese. 2. A pretensão de que esta Corte de Justiça verifique se os referidos reflexos do ADI sobre o 13º salário se deram ou não em conformidade com o título executivo judicial, bem como a ocorrência de eventual ofensa à coisa julgada e aos limites da lide principal, esbarram no enunciado da Súmula 7 do Superior Tribunal de Justiça, porquanto demandariam o reexame do conjunto fático-probatório dos autos. Precedentes.

3. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 1.182.529/RS, Rel. Ministro Marco Buzzi, Quarta Turma, julgado em 22/5/2018, DJe 30/5/2018)

PROCESSO CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO DO ART. 1.022 DO CPC/2015. OMISSÃO NO ACÓRDÃO RECORRIDO. VÍCIO NÃO CONFIGURADO. TELEFONIA. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. MULTA POR ATO ATENTATÓRIO À DIGNIDADE DA JUSTIÇA. BASE DE CÁLCULO. OFENSA À COISA JULGADA. PREQUESTIONAMENTO IMPLÍCITO. NÃO OCORRÊNCIA. REVISÃO DO JULGADO PROFERIDO PELA CORTE DE ORIGEM. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. INCIDÊNCIA.

1. [...]

4. A análise das alegações de ofensa à coisa julgada e aos limites da lide relativos à discussão da efetiva base de cálculo da multa por ato atentatório à dignidade da Justiça implicaria reexame do arcabouço fático-probatório acostado aos autos, o que é defeso em recurso especial, conforme a Súmula 7 do Superior Tribunal de Justiça.

5. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1.139.687/RS, Rel. Ministro Og Fernandes, Segunda Turma, julgado em 3/4/2018, DJe 9/4/2018)

Deve ser destacado que o art. 373 do CPC/2015 não contém comando capaz de sustentar a tese recursal relativa à existência de violação à coisa julgada no caso dos autos, de maneira que se impõe ao caso concreto a incidência da Súmula 284/STF (*"É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia."*). Por oportuno, destacam-se os seguintes precedentes: **AgRg no AREsp 161.567/RJ**, Rel. Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, DJe 26/10/2012; **REsp 1.163.939/RS**, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 8/2/2011.

Por fim, no que atine ao argumento de que o bem operacional sob responsabilidade da recorrente seria impassível de usucapião, nota-se que o recurso especial não impugnou fundamento basilar que ampara o acórdão recorrido no ponto, qual seja, o de que a discussão relativa à natureza jurídica das áreas do Cais José Estelita não poderia ser empreendida na atual fase procedimental, na medida em que o título executado está restrito à reintegração das áreas de faixa de domínio e *non aedificandi*.

Superior Tribunal de Justiça

Esbarra-se, pois, no obstáculo da Súmula 283/STF, que assim dispõe: "*É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida se assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles.*". A respeito do tema: **AgRg no REsp 1.326.913/MG**, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe 4/2/2013; **EDcl no AREsp 36.318/PA**, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 9/3/2012.

Ademais, como ressaltado acima, a discussão sobre se o título judicial tratava, ou não, da reintegração de bens operacionais é matéria que enseja o reexame de fatos e provas, razão pela qual não pode ser empreendida nesta instância, conforme determina a Súmula 7/STJ. A manutenção da premissa adotada pela Corte de origem impede o prosseguimento do debate relativo à natureza jurídica dos bens operacionais, porquanto cuida de questão que não compõe o título que se pretende executar.

ANTE O EXPOSTO, nego provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA
Relator